

Cimi pede mudança agrária por trabalhadores e índios

Goiania — Após discutir nesta Capital os acontecimentos do dia 15 último na aldeia Meruri (MT), onde foram assassinados o Padre Rudolf Lunkenbein e o índio Simão, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou manifesto propondo radical e profunda transformação da estrutura agrária no país, que beneficiando "a todos os trabalhadores rurais sem terra" abrirá caminho ao "reconhecimento pacífico" dos direitos dos índios.

Fazendo também a defesa da cultura indígena, o documento propõe um chamado a todas as Igrejas do Brasil "no sentido de que a pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto". E observa, referindo-se ao episódio de Meruri: "A morte desses irmãos é mais um sinal de que os índios do Brasil viverão, vencendo os que desejam a sua extinção".

Agravamento

O documento, ao rememorar os acontecimentos do dia 15 — descrevendo em detalhe a invasão da aldeia pelo grupo de fazendeiros e posseiros — destaca que "não são apenas os bororos de Meruri que lutam pela garantia de suas terras". Cita como estando nas mesmas condições os bororos de Teresa Cristina e da Colônia Paraíso, para concluir que "a insegurança das populações indígenas do Brasil, pela invasão de suas terras, se repete de Sul a Norte e cada vez com maior gravidade".

O Cimi atribui o agravamento da situação "à abertura de novas fronteiras agrícolas de expansão, da agropecuária e mineração, determinada pelos interesses dos grandes capitais, o que deu origem ao duplo fenômeno de uma maior concentração da terra e de sua transformação em objeto de especulação. A terra — prossegue o documento — já não é um meio de trabalho mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma agressão ao universo cultural do índio."

O manifesto continua: "Agrava-se ainda mais o problema pelo fato de que as mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que por trás de eventuais invasões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas está a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios".

Cortina de fumaça

"Aliás — diz o documento — queremos denunciar a cortina de fumaça que a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão da área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são

des deste e de outros conflitos — diz ainda o documento — é importante recordar a posição manifestada diversas vezes pelas autoridades da Funai, para quem o problema dos posseiros em terra indígena deve ser resolvido pelo INCRA. Este órgão, entretanto, tem se excusado de intervir nos conflitos, alegando que, em área indígena, a responsabilidade é da Funai. Quem, então, neste "jogo de empurra" soluciona o problema que existe e para o qual o Governo só se volta quando ocorrem mortes, como neste caso?" — pergunta o Cimi.

Conclusões

Nas conclusões do manifesto — que foi lido na missa da noite de domingo na Catedral Metropolitana de Goiânia pelo Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos e dado à publicidade ontem — o Conselho Indigenista Missionário fixa posição sobre três pontos:

"1. Existem, no Brasil, mais de 700 mil posseiros ameaçados, como os índios, em seu direito à terra. Eles se situam entre as 10 milhões de famílias de trabalhadores rurais brasileiros sem terra. Por isso, vemos o problema das áreas indígenas situado no contexto mais amplo da distribuição irracional da terra em nosso país. Só com uma radical e profunda transformação da estrutura agrária brasileira, que beneficie a todos os trabalhadores rurais sem terra, será possível abrir o caminho para o reconhecimento pacífico do direito dos povos indígenas à terra.

2. Assim como defendemos o direito dos índios a uma extensão de terra compatível com as necessidades impostas por sua cultura, reafirmamos a importância de se respeitar e defender essa mesma cultura das pressões para uma integração rápida dos indígenas à sociedade nacional. É necessário que tenhamos a humildade e honestidade de desejar um intercâmbio e um diálogo com a cultura do índio, para que também a sociedade nacional possa beneficiar-se dos valores das comunidades indígenas.

3. Há pouco mais de ano, neste mesmo local, a primeira Assembléia Indigenista Missionária promovida pelo Cimi afirmava a necessidade de "os missionários, como pesosas e como Igreja, optarem por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas consequências". Acreditamos que o Padre Rudolf Lunkenblien tenha selado com o testemunho de sua morte a aceitação desse princípio. Ao mesmo tempo, o sacrifício de Simão Cristino e seus irmãos bororos que ofereceram sua vida para defender a do Padre Rudolf, constitui um apelo e uma exigência para que toda a Igreja missionária do Brasil busque cada vez mais essa encarnação com o índio. Esperamos também que esta realidade constitua um chamado a todas as Igrejas do Brasil, no sentido de que a pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto.

Finalmente, convictos de que, no Mi-

DECLASSIFIED
Authority **AND. 79201**

mos denunciar a corina de fumaça que a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando toda invasão da área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do Governo, são causados pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeireiras e mineradoras, nacionais e multinacionais”.

O Cimi observa que fato semelhante ocorreu em Meruri, com posseiros insuflados por grandes proprietários, tendo esse conflito, por causas imediatas, “a demarcação da reserva, sem uma prévia solução do problema dos ocupantes, mediante reassentamento dos pequenos posseiros em outras áreas e a desapropriação por interesse social, de alguns invasores que já possuíam outras terras por ali.”

“Para se definir as responsabilida-

des, não há tempo e uma exigência para que toda a Igreja missionária do Brasil busque cada vez mais essa encarnação com o índio. Esperamos também que esta realidade constitua um chamado a todas as Igrejas do Brasil, no sentido de que a pastoral indigenista seja assumida integralmente no planejamento pastoral de conjunto.

Finalmente, convictos de que, no Ministério da Páscoa de Jesus Cristo, a morte desses irmãos é mais um sinal de que os índios do Brasil viverão, vencendo os que desejam sua extinção, apelamos à consciência de todos os brasileiros para nos unirmos na luta por transformações estruturais que nos conduzam a uma sociedade mais justa e humana, onde não tenham lugar acontecimentos como os de Meruri. Nenhuma força deterá a determinação de um povo consciente e unido. Os índios estão-se unindo e lutando. Unamo-nos todos e trabalhemos solidariamente apoiando a causa indígena, causa de todos nós”.

Padre vê omissão policial

Brasília — O Presidente do Instituto de Etnologia e Linguística Anthropolos do Brasil, Padre José Vicente César, denunciou ontem a omissão da polícia nas investigações no caso dos assassinios do Padre Rudolf Lunkenbein e do índio Simão.

“É inexplicável” — protestou — “que a polícia não tenha colhido os depoimentos do Padre Gonçalves e das irmãs Rita e Pedrosa, testemunhas categorizadas, que estavam presentes ao local dos acontecimentos”.

Doze identificados

O Padre José Vicente César, que na semana passada visitou a missão salesiana de Meruri, em Barra do Garças (Mato Grosso) — tendo assistido à missa de 7º dia do Padre Rudolf e orientado os índios bororos em como deveriam proceder com o funeral — tem em mãos uma lista de próprio punho da irmã Pedrosa, na qual estão escritos os nomes de 12 fazendeiros e posseiros que ela conseguiu identificar como sendo participantes do grupo que matou o sacerdote e o índio.

“A irmã Pedrosa” — explica o Padre ainda inconformado — “viu tudo. Ela estava no refeitório, local da morte do Padre Rudolf. E só não citou todos os nomes do grupo invasor da missão porque não reconheceu alguns deles”.

Na lista da irmã está o nome de Gonzaguinho, que segundo depoimento dela ao Padre César foi quem assassinou o religioso. No entanto, Gonzaguinho foi preso inicialmente e depois solto, pois nos depoimentos colhidos pela polícia entre os índios seu nome não apareceu.

“É um absurdo — diz o Padre. Os índios não citaram o nome de Gonzaguinho, que ao lado de João Mineiro foram os principais instigadores do crime, por não saberem avaliar a importância de um depoimento à polícia”.

Segundo o Padre César, Gonzaguinho agora está preso e foi removido para Cuiabá, mas por razões de segurança: “A polícia decidiu prendê-lo para que

não houvesse reação por parte dos bororos que têm ódio dele”.

Repercussão

O Padre César, ainda picado pelos borrachudos comuns na missão salesiana de Meruri, esclareceu também que, ao contrário do que vem sendo noticiado, não foram 62 ou 72 posseiros e fazendeiros que invadiram o território indígena e a sede da missão, onde foi praticado o crime. Ele disse que, segundo os depoimentos que ouviu no local, foram 34 pessoas, todas armadas.

“Inicialmente — explicou — invadiram o território indígena, onde já se instalaram e procuram avançar cada vez mais, para impedir os agrimensores da firma Plantel de executarem o serviço de demarcação da área reservada pelo Governo aos bororos”.

Os funcionários da Plantel não reagiram pois têm ordens de evitar qualquer conflito. E o padre diz que os invasores foram mais longe, tomando as ferramentas e outros instrumentos dos agrimensores, colocando-os em camionetas e rumando para a sede da Missão, onde chegaram às 9h30m.

“O crime foi cometido às 11 horas” — diz o Padre César. Até então os invasores procuraram provocar o Padre Rudolf e os índios. O desfecho aconteceu no refeitório, e a irmã Pedrosa assistiu a tudo. A polícia tem de ouvir os religiosos. Isso não foi uma afronta à Igreja — a morte do padre foi incidental. Foi uma afronta ao Governo, que já delimitou a área e está sendo desrespeitado”.

O Padre César insistiu ainda em que é urgente que o Governo venha a agir com todo rigor nesse caso, pois a TV alemã está divulgando intensamente a morte do padre, em função de um documentário que fez em fevereiro deste ano junto aos bororos. E isso provocou a ampliação do noticiário para outros órgãos da imprensa alemã, devendo, segundo as informações que recebeu da Europa, repercutir ainda mais por todo aquele continente.

“Os alemães filmaram justamente as cenas de um funeral bororo, que contou com a participação do Padre Rudolf”.

DECLASSIFIED

Authority NND.79201